



## Concreto: políticas da destruição

*Concreto: políticas de destrucción*

Simpósio E4\_01 — Rastros/Traços: metodologias para estudar o urbano no Antropoceno

**Vanessa Raposo Mendes**

FAU-USP, Brasil

varpmendes@usp.br

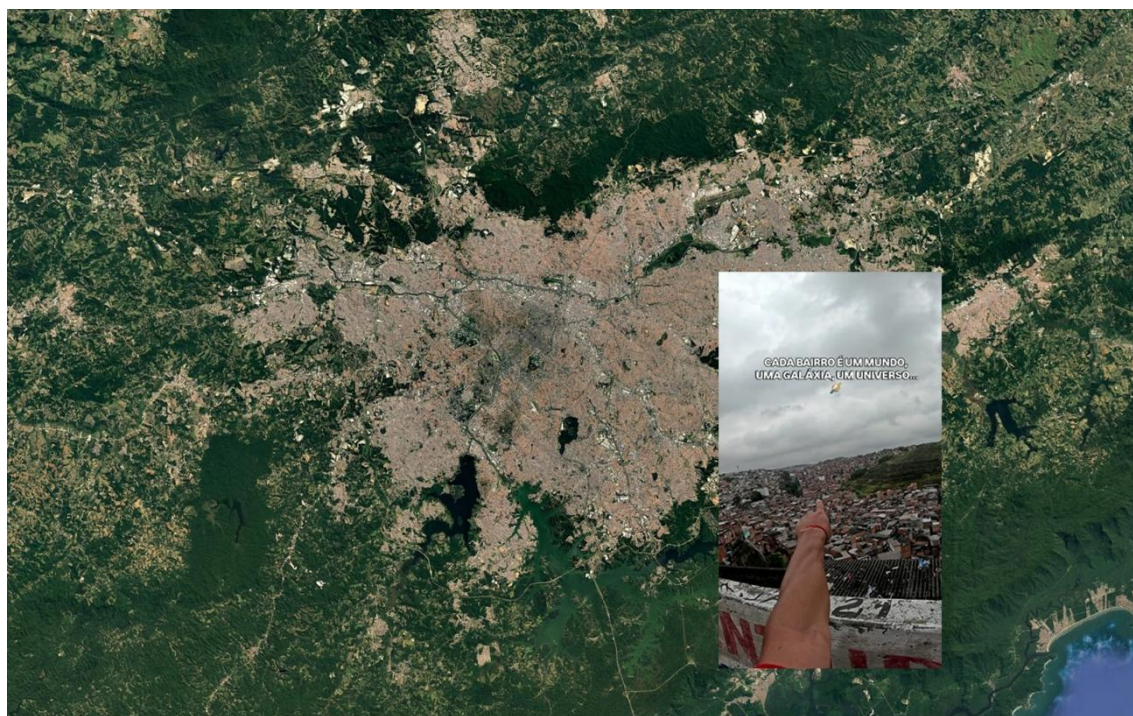
**Resumo:** Este texto sintetiza algumas intenções metodológicas, tramas e fragmentos da pesquisa *Concreto: políticas da destruição*, que propõe investigar a cultura do concreto e o sentido político da destruição sistemática que fratura, interrompe e desarticula vidas na cidade de São Paulo. Está organizado em quatro partes, entremeado com relatos que representam as ideias articuladas no texto. A primeira parte, “Sobre o método”, traz questões que orientam a pesquisa ao tema do simpósio; a segunda, “Cultura do concreto, bruta e perecível”, relaciona a produção industrial do concreto à modernidade e ao desenvolvimento de São Paulo; a terceira, “Destruição planejada, colapso fora do controle”, trata da destruição e de suas implicações entre modernidade, colonialidade, racialidade e planejamento urbano; por fim, “São Paulo, escombros e esqueletos”, apresenta como operam as demolições na cidade considerando a legislação vigente.

**Palavras-chave:** concreto, destruição, demolição, política urbana, planejamento urbano.

**Resumen:** Este texto sintetiza algunas intenciones metodológicas, tramas y fragmentos de la investigación *Concreto: políticas de la destrucción*, que propone investigar la cultura del concreto y el sentido político de la destrucción sistemática que fractura, interrumpe y desarticula vidas en la ciudad de São Paulo. Está organizado en cuatro partes, intercaladas con relatos que representan las ideas articuladas en el texto. La primera parte, “Sobre el método”, presenta cuestiones que orientan la investigación hacia el tema del simposio; la segunda, “Cultura del concreto, bruta y perecedera”, relaciona la producción industrial del concreto con la modernidad y el desarrollo de São Paulo; la tercera, “Destrucción planificada, colapso fuera de control”, aborda la destrucción y sus implicaciones entre modernidad, colonialidad, racialidad y planificación urbana; por último, “São Paulo, escombros y esqueletos”, presenta cómo operan las demoliciones en la ciudad considerando la legislación vigente.

**Palabras-clave:** hormigón, destrucción, demolición, política urbana, planificación urbana.

## Sobre o método: proposições incertas de como estudar o urbano no Antropoceno



**Figura 1:** Sobreposição de imagem de satélite da região metropolitana de São Paulo, reproduzida pelo Google Earth, e impressão de tela de vídeo publicado pelo entregador e produtor de conteúdo digital @magrelante na plataforma Instagram, em 2025.

Em junho de 2005, foi lançada, global e gratuitamente, a plataforma Google Earth. A ferramenta tornou acessível a visualização da Terra de modo tridimensional por meio da composição de imagens de satélite, fotografias aéreas e dados geográficos com recursos de busca. Desde então, com acesso à internet, é possível ver e percorrer diversos lugares do mundo real — virtualmente. É uma visão do mundo mediada por uma empresa estadunidense que detém a produção e a distribuição dessas imagens.

Embora hoje possamos segurar e navegar o planeta pelas mãos, utilizando uma tela celular, ainda é impossível apreender o mundo em sua totalidade. Como qualquer imagem e como qualquer outro mapa, o mundo do Google é apenas uma representação da realidade e, portanto, sempre insuficiente, incompleta, nunca imparcial, jamais neutra de intenções. Nem todo lugar é visível no Google Earth, assim como nunca é noite no mapa gerado pelos veículos do Street View, que percorrem as ruas das cidades como viaturas da polícia.<sup>1</sup>

Através do Google Earth, desde a órbita terrestre, é possível observar as cidades como manchas, identificá-las em relação à água, às florestas, às plantações e aos desertos, como bolores acinzentados. Vistas de cima, fotografadas, as cidades perdem suas fronteiras políticas, suas divisões administrativas. Mas ao aproximarmos por zoom, as manchas se tornam cada vez mais complexas, com texturas e tonalidades diversas: são linhas, quadras e volumes multiformes e heterogêneos.

<sup>1</sup> *Nunca é noite no mapa*, vídeo de Ernesto Carvalho, 2016 (6 min 11s). Disponível em: <https://vimeo.com/175423925>. Acesso em: 16 jan. 2026.

São figuras de ambientes construídos, desenhados, que representam a escala de um mundo pesado, um mundo no qual a massa do concreto pode ter superado o peso de todas as árvores, arbustos e folhas do planeta, uma métrica talvez capaz de dimensionar as promessas e desencantos da modernidade (Uribe, 2025). São lugares quentes e densos, que concentram espécies, fluxos, transmissões, emissões e redes de relações infinitas.

Nesse mundo manchado, o urbanismo se definiu enquanto ciência voltada a estudar, intervir e transformar a paisagem: um conjunto de conhecimentos e práticas formulado para direcionar e ordenar seres e coisas no espaço. Desde a implantação de uma igreja, de um colégio, de uma estrutura fortificada, até a implementação de grandes projetos e planos urbanísticos, entre suas missões está a premissa da “civilização” e da distinção moderna do que é considerado natureza e sociedade.

Entre os instrumentos urbanísticos utilizados para a concepção de modelos, parâmetros, leis e zoneamentos, o Google Earth tem sido uma ferramenta amplamente utilizada em ensino e pesquisa, uma vez que, em geral, a visão da cidade priorizada pelo planejamento urbano é sempre aquela vista de cima para baixo, do alto, em queda livre.

No entanto, diante de processos de urbanização fora do controle e em meio a tantas crises — ambiental, climática, social, política etc. —, a disciplina tem sido desafiada a questionar seus paradigmas, a se abrir e a se reorientar. Mas qual seria um caminho possível para inverter essa perspectiva?

Percebidos desde a terra, cada lugar são universos.

\*

Antropoceno tem sido um termo mobilizado por diversas disciplinas para caracterizar a atual época geológica marcada pelas ações humanas no planeta, sobretudo aquelas que causam o colapso ambiental. Mesmo com o seu prefixo em disputa, sobre seu início e sentidos políticos — capitaloceno, plantationceno, dentre outros —, o conceito tem proporcionado trocas, aproximações e oposições entre as ciências, incluindo o urbanismo.

Em *Um bilhão de antropocenos negros ou nenhum*, a geógrafa Kathryn Yusoff argumenta que, vindo de uma “geologia branca”, o termo parte de uma ciência cuja primeira distinção é definir entre o que é vida e não vida, e cuja gramática está diretamente relacionada ao colonialismo e às práticas materiais de extração, despossessão e opressão. Ainda, é uma palavra que contém embutida a premissa de estratificação material e temporal, por camadas geológicas, como se a superfície do mundo fosse homogênea, e o tempo, linear e progressivo.

Considerando as diversas topografias, ecologias e experiências de se relacionar com a Terra, é importante reconhecer que nem todos os humanos temos a mesma responsabilidade sobre a ação destrutiva que causa a mudança climática, nem sofremos seus efeitos da mesma maneira. No entanto, mesmo com as limitações do conceito, podemos utilizá-lo para dizer que estamos implicadas em tramas que operam em escala planetária, submetidas a forças que transformam a terra, a água, a atmosfera e as diversas formas de vida. Curiosamente, pensar na era de *ánthrōpo* e nas mudanças que a caracterizam nos faz voltar para o que não é humano e para temporalidades diferentes daquela estabelecida pela modernidade.

Vivemos em meio a incertezas, rupturas e transformações. A natureza, ao contrário do que descreviam os modernos, nunca foi previsível nem estável — assim como as sociedades. Nesses tempos confusos, categorias têm sido questionadas, fronteiras borradas, e mesmo sob tentativas de erguer muros e compartimentar o mundo, é impossível compreendê-lo senão a partir das relações entre as diversas coisas que o compõem. Nesse sentido, Bruno Latour sugere uma simetria entre nós, humanos, e os outros, não humanos, para pensarmos entre diferenças, entre entidades heterogêneas. Assim, organismos, máquinas, materiais e outras espécies são mediadores ativos que participam da produção da realidade, a cada vez, a depender de suas associações. Em contraponto à ciência moderna, o autor propõe buscar relações entre (a)gentes considerando as redes de que participam, sem fixar nenhum deles a categorias reducionistas.

Ao elaborar o antropoceno desde uma perspectiva situada, levando em conta a heterogeneidade do mundo, Anna Tsing sugere reconhecê-lo como uma composição de fragmentos, retalhos, *patches*. Um retalho que é sempre parte de algo e existe em relação a outras composições e escalas — seja ele uma folha ou um oceano, por exemplo. Para a antropóloga, a época em que vivemos se configura por padrões de destruição causados pela expansão imperial europeia e pelo investimento capitalista dos últimos quinhentos anos, uma grande orgia de destruição, onde vivemos em escombros e ruínas (Tsing, 2024). Ela propõe então observarmos as infraestruturas e os projetos imperiais e industriais de construção que transformam a paisagem, bem como a resposta de diversas espécies à destruição.

No campo das humanidades, das ciências e das artes, novas formas de pesquisa transdisciplinar e de engajamento crítico ganham força e sentido a partir do esforço de cultivar sensibilidades para as relações ecológicas situadas, fomentando, por vezes, reorientações radicais em direção a mundos além-de-humanos de vitalidade e coexistência. (Tsing, 2024, p.6)

É possível considerar cidades como retalhos do antropoceno — manchas complexas, ambientes perturbados, construídos pela ação humana de intervenção na paisagem, que está em constante transformação.

Entre as habilidades do campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo está a prática de articular e relacionar diferentes escalas e conhecimentos. Buscar métodos para pesquisar cidades no antropoceno pode significar desorientar a disciplina, desordenar suas intenções, considerando os diversos entes que compõem realidades, entre eles as matérias — ou materialidades? — que dão forma e estão ativas em cada território.

A partir de uma perspectiva aterrada em solo perturbado, perturbada, e em busca de uma ciência aberta, que assume sua dimensão política, a pesquisa *Concreto: políticas da destruição* procura se desorientar no cruzamento de três elementos: matéria, ação e território.

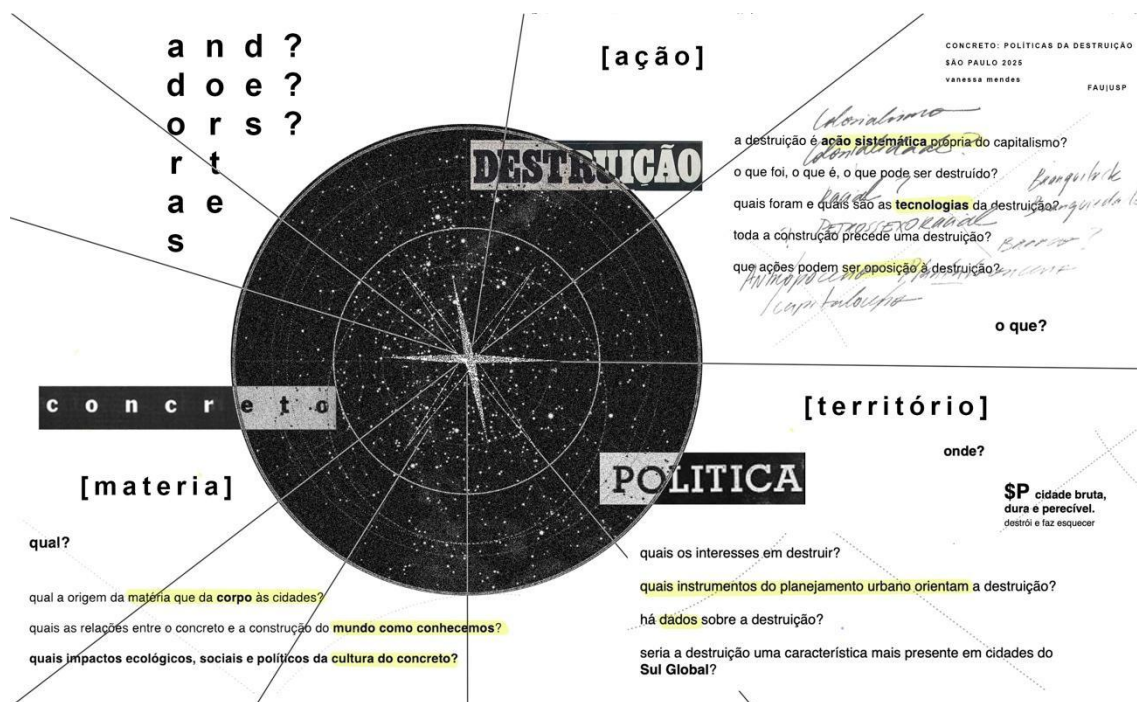


Figura 2: Questões desnorteadoras. Imagem da autora, novembro de 2025.

São questões que motivam a pesquisa, uma bússola que busca por relações entre o concreto, a destruição e a política urbana na cidade de São Paulo, com a hipótese de que tais perguntas possam tramar histórias sobre o negativo dos processos de construção da cidade, ou seja, a produção de seu espaço destruído.

São questões desnorteadoras porque assumem a confusão do momento em que vivemos, porque não têm intenção de buscar respostas definitivas nem assumir certezas absolutas. Também porque propõem orientar a pesquisa a partir de perspectivas situadas no Sul Global, compreendido por sua dimensão política, mesmo que as referências geográficas entre o que representa Sul e Norte, assim como as noções de centro e periferia, possam muitas vezes existir justapostas no mesmo lugar. Também desnorteadoras porque podem perturbar alguns paradigmas dos estudos urbanos paulistas, ao questionar a modernidade, a não neutralidade do planejamento e sua relação com a colonialidade.

Assim, a pesquisa pretende investigar a cultura do concreto e o sentido político da destruição sistemática que fratura, interrompe e desarticula vidas na cidade de São Paulo. E compreende também que, a cada tentativa de destruição, há reações que articulam existências que permanecem no tempo.

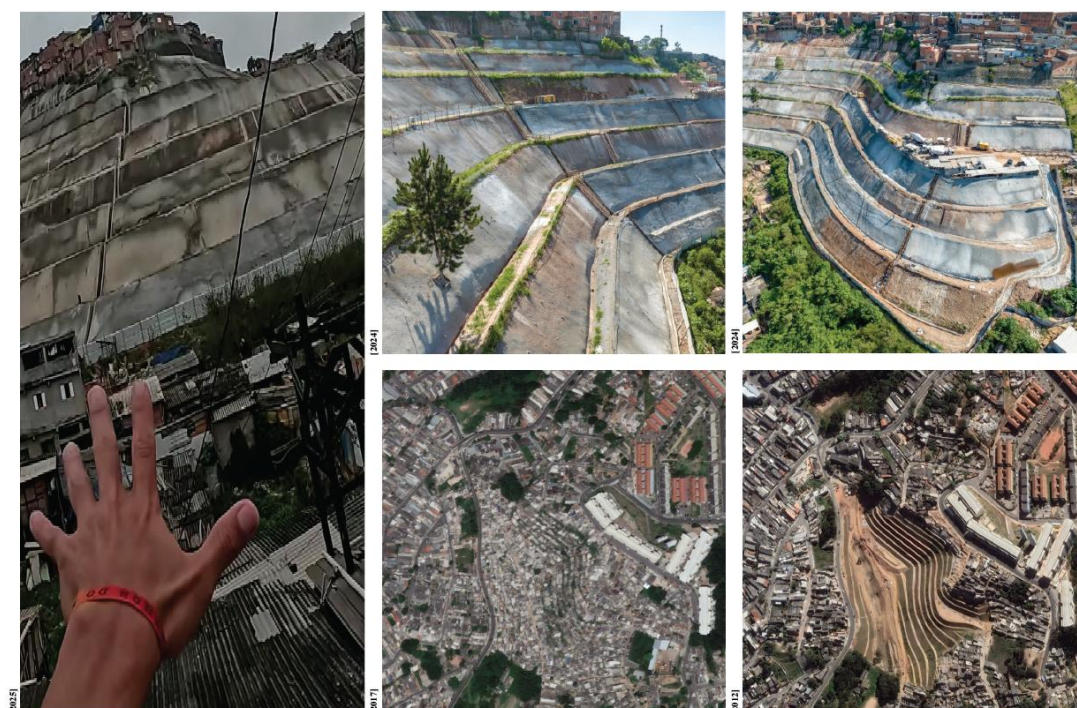
A partir desse entendimento, entre fraturas e permanências, a pesquisa tem como proposta metodológica ligar pontos, tecer relações, suturar partes fragmentadas e mobilizar redes de colaboração, transitando entre disciplinas. Nesse sentido, a intenção é pensar *com*, em contraposição à economia do pensamento vigente, que transforma todo saber em mercadoria e destrói as capacidades de pensar e agir em conjunto, como aponta Isabelle Stengers. Ainda, compreende a noção da colaboração como uma composição radical, uma metodologia generativa para produzir trabalho crítico e criativo (Campt, 2025).

Colaboração envolve trocas, processos abertos e compartilhados. Implica a própria trajetória e experiência sensível, vivências e deslocamentos, bem como os limites da percepção e da representação. Colaborar, cruzando trajetórias e repertórios, adicionando subjetividades no processo, pode acionar relações e redes de potência criativa, cultivar e expandir o sentido coletivo da pesquisa.

Para contribuir nesse processo colaborativo, a pesquisa pretende articular ideias, produzindo textos e imagens que comuniquem histórias de uma cidade bruta e perecível. Tem como intenção não se bastar à denúncia, mobilizando imaginação política, reconhecendo e estimulando criações e práticas que existem e se opõem às forças destrutivas.

Conhecer as propriedades da matéria que dá corpo às cidades do mundo moderno talvez sirva como meio para elaborarmos estratégias para transformá-lo. Compreender a destruição e sua relação com a colonialidade pode nos atentar a buscar modos de pensar e agir — fora da dualidade construção e destruição — que possibilitem a criação e a manutenção de espaços que integrem, que sejam capazes de restabelecer o comum, considerando as diversas topografias e mundos conectados em que, mesmo em meio à destruição, há referências de chamados vitais, campos vibracionais “de fruição, criatividade, memória e desejo”,<sup>2</sup> uma vez que a vida persiste nas ruínas da catástrofe.

Assim, com a bússola desnordeada, apresentamos aqui alguns fragmentos de histórias que estão sendo tramadas na pesquisa.



**Figura 3:** Morro dos Macacos: composição de impressão de tela de vídeo publicado pelo entregador e produtor de conteúdo digital @magrelante na plataforma Instagram, em 2025, com fotografias de obra de contenção capturadas

<sup>2</sup> Citação de Salomão Jovino da Silva na banca de defesa de doutorado de Maria Luiza de Barros Rodrigues, intitulada *vi.bra.ção: modos de ser e de fazer a cidade a partir de sonoridades afrodiaspóricas*, FAU-USP, 24 de novembro de 2025.

por drone e disponibilizadas no site da Prefeitura de São Paulo, em 2024, e imagens de satélite reproduzidas pelo Google Earth, em 2017 e 2012. Montagem da autora, novembro de 2025.

Em fevereiro de 2024, a Prefeitura de São Paulo anunciou 70% de conclusão da “obra de urbanização” do Morro dos Macacos, localizado em Cidade Ademar, Zona Sul, em números: 1.200 metros lineares de redes de drenagem, 18.420 metros quadrados de muro de contenção, 54 milhões de reais em obras.<sup>3</sup> A técnica para conter o morro foi destruir as habitações existentes e reforçar os taludes com concreto projetado — um recurso de baixo custo e rápida aplicação, que consiste em ejetar concreto em alta velocidade na superfície da encosta para criar uma barreira física que impede a infiltração da água. O Morro dos Macacos foi considerado área de alto risco geológico pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo em 2010.<sup>4</sup> É conhecido por diversas tentativas fracassadas de planejamento para impedir sua ocupação e desmoraamento. Em uma delas, em 7 de julho de 2011, durante uma obra da Prefeitura para contenção da encosta, houve um deslizamento que soterrou casas e interrompeu a vida de Tamires dos Santos Ferreira, grávida de cinco meses, e de Johan Hanna de Jesus, de três anos de idade. Na época, o pai de Johan, o mecânico Fernando de Jesus, disse: “Essa obra era um risco, todo mundo avisou”.<sup>5</sup> Dias antes, os moradores do morro haviam interditado os serviços por desconfiarem da insegurança e da possibilidade de deslizamento no local onde estava operando a retroescavadeira, mas a obra foi retomada depois que o engenheiro da empreiteira assegurou que tudo estava sob controle.

\*

### **Cultura do concreto, bruta e perecível**

O concreto é considerado a matéria mais destrutiva do planeta. Composto de cimento, água, areia, brita e aditivos químicos, sua cadeia produtiva envolve processos de extração que destroem sistemas, espécies e comunidades. O calor para decompor a rocha na indústria do cimento, em escala global, produz cerca de 2,8 bilhões de toneladas de gás carbônico por ano. Depois da água, o concreto é a substância mais consumida no mundo, e sua utilização destrói ecossistemas, comprometendo a drenagem, o escoamento e a fluidez de sistemas hídricos. É também a décima indústria que mais consome água.<sup>6</sup>

A produção de cimento e de aço em escala industrial tornou possível a dimensão do mundo urbanizado como conhecemos hoje. Prédios, pontes, barragens, usinas: o concreto foi a matéria

<sup>3</sup> Prefeitura do Município de São Paulo. “Obras de contenção de muro do Morro dos Macacos estão 70% concluídas”. Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/web/habitacao/w/noticias/361834>. Acesso em: 13 jan. 2026.

<sup>4</sup> Prefeitura do Município de São Paulo; Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Coordenadoria de Produção e Análise de Informação (GeoInfo). “Área de Risco Geológico 2009 IPT”, metadado geográfico disponível no GeoSampa — Catálogo de Metadados Geográficos. Disponível em: <https://metadados.geosampa.prefeitura.sp.gov.br/geonetwork/srv/api/records/e60473eb-fa79-4fb3-b65a-87bac7eb6235>. Acesso em: 13 jan. 2026.

<sup>5</sup> *O Globo*, “Terra ainda pode deslizar do Morro dos Macacos, onde dois morreram soterrados em SP”, 8 jul. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/terra-ainda-pode-deslizar-do-morro-dos-macacos-onde-dois-morreram-soterrados-em-sp-2872273>. Acesso em: 13 jan. 2026. E também o vídeo no YouTube: “Deslizamento de terra na Zona Sul de São Paulo provoca duas mortes”. Disponível em: <https://youtu.be/WIf46-BXVc0>. Acesso em: 13 jan. 2026.

<sup>6</sup> WATTS, Jonathan. “Concrete: the most destructive material on Earth”. *The Guardian*, Londres, 15 mar. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/2019/feb/25/concrete-the-most-destructive-material-on-earth>. Acesso em: 2 jul. 2024.

escolhida para forjar a modernidade, dar monumentalidade às metrópoles e criar infraestruturas de multidões. Podemos dizer que vivemos na cultura do concreto, matéria que se faz presente inclusive em nossos rituais de morte.<sup>7</sup>

Enquanto linguagem, o concreto é a matéria e o meio que simbolizam o que é ser moderno em diferentes lugares do mundo (Forty, 2012). Não se sabe ao certo quando nem onde o concreto foi criado, mas foi o material característico das construções do Império Romano, quando sua composição incluía pó vulcânico. No contexto da Europa do século XIX — na era das revoluções, do cálculo, do evolucionismo e do racismo científico —, a patente do cimento Portland, considerada uma espécie de “pedra artificial”, foi concedida em 1824 e marcou a produção industrial do material na Inglaterra. Décadas depois, em 1867, na França, foi registrada a patente do sistema construtivo do concreto armado por um jardineiro, que a venderia depois para uma empresa alemã, a primeira a desenvolver uma cartilha para aplicação do sistema (Forty, 2012). A inscrição de patentes apontava para disputas de mercado na indústria da construção civil europeia, onde o concreto foi moldando o imaginário moderno sobre o futuro.

Em “Concreto, arma do capitalismo”, Sérgio Ferro reconstitui o período pós-Comuna de Paris (1871), quando os trabalhadores de ofícios da construção — pedreiros, carpinteiros, marceneiros, pintores — formavam a maioria do Tumulto Sindical que ocorreu na cidade entre 1875 e 1876. Ferro argumenta que o ciclo de subordinação do trabalho iniciado no Renascimento atingiu seu auge no Modernismo, e a escolha do concreto teria tido papel fundamental nessa subordinação, uma vez que o controle da organização do trabalho foi retirado dos operários do canteiro e passado para a indústria do saber técnico-científico.

No entanto, o concreto carrega consigo uma ambiguidade: é um produto do conhecimento científico, que sistematizou suas propriedades para a produção em escala industrial, mas ao mesmo tempo é uma operação artesanal, que depende, sobretudo no canteiro, da armação, da mistura, da mão de obra (Forty, 2012). É uma substância que ganha forma e rigidez em diferentes contextos a depender do molde, e que deu contorno aos projetos de modernização e desenvolvimento em países de todo o mundo ao longo do século XX.

A primeira fábrica de cimento da América Latina funcionou na Ilha Tiriri, em Santa Rita, na Paraíba, em 1892.<sup>8</sup> Mas a consolidação da produção nacional de cimento se deu com a Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, instalada na Zona Noroeste de São Paulo e inaugurada em 1926 (Leandro, 2011). A fábrica esteve em atividade até 1987, e o lugar se tornou um marco das lutas operárias no Brasil, incluindo a mais longa greve sindical, sustentada por sete anos (1962-1969) pelos trabalhadores “queixadas”.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> Em São Paulo, como exemplo das políticas neoliberais da cidade, que em 2023 concedeu a gestão dos cemitérios à iniciativa privada, até a pós-morte passa pelo lucro das empresas, e o enterro já não é mais de terra — a terra é cara. Os corpos são então empilhados em jazigos verticais de concreto, vedados com cimento.

<sup>8</sup> MEDEIROS, José Alysson Dehon Moraes. *Cimento Portland na Ilha de Tiriri: história, vestígios e caracterização dos materiais*. Tese (Doutorado em Ciência e Engenharia de Materiais) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15285?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15285?locale=pt_BR). Acesso em: 13 jan. 2026.

<sup>9</sup> “Queixadas” era o apelido dos operários da Fábrica de Perus, filiados ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Cimento, Cal e Gesso. Centro de Memória Queixadas, São Paulo, 9 fev. 2021. Disponível em: <https://cmqueixadas.com.br/peruspedia/companhia-brasileira-de-cimento-portland-perus/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

Além da proximidade de reservas de calcário, a cidade de São Paulo no início do século XX passava por uma vertiginosa transformação demográfica, econômica, social e cultural, adquirindo em poucas décadas uma escala metropolitana, que se expressava na paisagem por meio de grandes obras públicas e um crescimento exponencial do mercado imobiliário. No mesmo ano da inauguração da fábrica de cimento em Perus, iniciava-se a construção do Edifício Martinelli, no centro da cidade. Na década seguinte, obras como o Túnel da Nove de Julho (1935), o Estádio do Pacaembu (1937) e a Biblioteca Mário de Andrade (1938) deram outra escala e texturas para a nova metrópole. Assim, em São Paulo, o concreto foi o material que curou o tempo do progresso, da indústria — do modernismo ao brutalismo.

Ao discorrer sobre o modo de habitar as cidades, Ailton Krenak provoca arquitetos e urbanistas sobre o “pesadelo de concreto”, sobre o mundo embrutecido, violento, compartimentado e antiecológico que o material representa. Um mundo que consome montanhas e engole o subsolo da terra para erguer cidades planejadas contra a paisagem, selando vida com cimento e asfalto (Krenak, 2022). Um mundo fraturado e perecível, onde as construções são erguidas e demolidas em ciclos destrutivos, em que o concreto, composto de elementos extraídos da terra para proporcionar grandes alturas e volumes às cidades, é depois acumulado sobre o solo ou aterrado como escombros.<sup>10</sup>

### **Destruição planejada, colapso fora do controle**

No mundo moderno, a terra, os corpos e os territórios são convertidos em objetos passíveis de cálculo, apropriação e destruição. Denise Ferreira da Silva afirma que o capitalismo só foi possível com a implementação do projeto colonial, no qual a violência racial nunca foi um desvio, mas pedra angular da modernidade (Ferreira da Silva, 2022). Existe, portanto, uma relação indissociável entre modernidade, colonialidade e racialidade, estruturante do pensamento e do funcionamento social e de instituições como o Estado.

Considerando o planejamento como um campo técnico historicamente vinculado à modernidade e às ações do Estado, faz-se necessário pensar como as relações raciais se expressam territorialmente. São muitos os exemplos, sobretudo em terras que foram colonizadas, em que planos e projetos, aliados aos discursos da civilização, da ordem, ou do desenvolvimento, destroem territórios, ecossistemas, povos e populações.

Ao tratar das formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte, Achille Mbembe descreve um urbanismo estilhaçado característico da modernidade, utilizando como exemplo as estratégias de fragmentação espacial do território palestino — do subterrâneo ao aéreo — para a criação de fronteiras, limites de vigilância, controle, separação e reclusão (Mbembe, 2016).

---

<sup>10</sup> De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir), materiais de composição de cimento, como argamassa (63%) — em especial a argamassa de concreto utilizada na composição de estruturas — e concreto e blocos (29%), correspondem à maior parte do material encontrado nos resíduos de construção civil e demolição no Brasil. A Associação Brasileira para Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição (Abrecon) estima que o Brasil gera aproximadamente 84 milhões de metros cúbicos de resíduos de construção civil e demolição por ano, sendo a região Sudeste responsável por cerca de 50% do total de resíduo coletado pelos municípios no país. Mesmo amparada por legislação que incentiva a reciclagem, a gestão de resíduos da construção e demolição ainda é um desafio para os municípios, e o descarte irregular, que geralmente acontece em ruas, fundos de vale e áreas de preservação como encostas e margens de rio, obstrui sistemas de drenagem, agrava enchentes e causa diversos problemas ambientais e de saúde pública.

Ali, essas estratégias são combinadas à destruição de redes de infraestrutura social e urbana, em que o exército israelense utiliza tratores e até mesmo betoneiras como arma de guerra e intimidação, despejando concreto dentro de casas e poços d'água.<sup>11</sup> De acordo com um levantamento ilustrado por Mona Chalabi (2025), existe uma relação direta entre a destruição de prédios em terra palestina e a construção de novos edifícios israelenses naquele território ocupado. Desde 2009, a ONU contou 7.590 demolições de estruturas de propriedade palestina na Cisjordânia, resultando na remoção e no deslocamento de mais de 11 mil palestinos.<sup>12</sup>

Ao discorrer sobre a reprodução da ordem moderna-colonial, numa época dominada pelo *páthos* da demolição, Mbembe se apropria do termo *brutalismo* da arquitetura para descrever um processo pelo qual “o poder, como força geomórfica, se constitui, se expressa, se reconfigura, atua e se reproduz por fraturamento e fissuração” (Mbembe, 2022 p.14). Tendo em vista a permanência das violências coloniais, de políticas urbanas que têm a intenção de destruir, fraturar e desarticular vidas, é possível dizer que a urbanização do mundo moderno colonial, do capitalismo patriarcal racial, tem a destruição como força ativa. Sob uma gestão racial das cidades, essas políticas acionadas por tratores e retroescavadeiras expulsam continuamente populações negras e indígenas de seus territórios (Alves, Paterniani, 2024).

Planejar normalmente significa descrever intenções para o ambiente construído e a se construir. A destruição que antecede e acompanha a implementação de planos urbanos é pouco elaborada no campo do planejamento, e pode ser compreendida como estratégia importante no processo de produção do espaço. Considerando o circuito do capital, algo precisa perder valor para que outro ganhe, e o imperativo “destruir para reconstruir” alia os interesses das elites ao aparato legislativo e violento do Estado, orientando a um só tempo a destruição e a produção do espaço urbano (Harvey, 2014). Trata-se de um modelo de urbanização que se realiza por meio da aniquilação contínua das próprias formas que ele mesmo cria, configurando aquilo que Canetti (2017) denomina de “urbanismo destrutivo”. Nesse processo, a depender do interesse de valorização do capital, determinadas áreas tornam-se mais propensas a serem destruídas, principalmente aquelas em que vivem populações empobrecidas e vulnerabilizadas, sobretudo negras e indígenas (Rolnik, 1989).

### **São Paulo, escombros e esqueletos**

Em maio de 2017, em uma ação coordenada da Prefeitura de São Paulo no bairro de Campos Elíseos, região central da cidade, num território marcado por violências sistemáticas do Estado contra as populações vulnerabilizadas, um edifício onde funcionava uma pensão começou a ser demolido, sem aviso, com pessoas dentro.

---

<sup>11</sup> Essa tática é emprestada da cartilha do exército britânico na Irlanda (Khalid, 2024).

<sup>12</sup> Outra técnica utilizada pelo exército israelense para destruir infraestruturas palestinas é o despejo de toneladas de concreto dentro das casas, que acabam colapsando por conta do peso da matéria solidificada (Lambert, 2024). O documentário *No Other Land*, de 2024, registra ainda o uso de betoneiras para concretar poços d'água, destruindo assim fontes de subsistência das comunidades palestinas, na tentativa de forçar seu deslocamento.

Na madrugada de 1º de maio de 2018, no largo do Paissandu, centro da cidade, um edifício de propriedade da União, ocupado por mais de trezentas pessoas sem teto, pegou fogo e desmoronou. Entre os escombros, nove pessoas foram encontradas mortas e duas desapareceram.

Em 2021, em função das obras do Metrô, a sede da escola de samba Vai-Vai, com quase cem anos de existência no bairro do Bixiga, foi demolida: o barracão e o palco da rua desapareceram, e importantes redes de sociabilidade desse território negro no centro da cidade foram rompidas.

Em fevereiro de 2025, sem notificação prévia, a Prefeitura destruiu a Escola de Capoeira Angola Cruzeiro do Sul e o Teatro Vento Forte, no Parque do Povo: documentos, fotografias, instrumentos musicais e imagens sagradas que compunham o acervo da Roda de Capoeira Angola do Mestre Minha ficaram em meio aos escombros.<sup>13</sup>

Em outubro de 2025, na entrada da Favela do Moinho, na Barra Funda, pessoas tentavam impedir que tratores avançassem para dentro da comunidade. Entre as faixas estendidas, o pedido: PAREM COM AS DEMOLIÇÕES! Depois de assistir à cavalaria se exibir em marcha e cercada por viaturas policiais, uma senhora imigrante latina pediu ao representante da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano que parassem com a destruição, com o pavor do barulho, porque seus netos estavam sofrendo de problemas respiratórios por conta da poeira,<sup>14</sup> e o acúmulo do entulho trazia escorpiões, ratos e baratas para dentro de suas casas.

\*

A história da cidade de São Paulo é marcada por violências, apagamentos e momentos de intensificação de processos de destruição, com a implementação de planos modernizantes e obras associadas a políticas de branqueamento da população. Territórios populares e negros em regiões centrais da cidade — ou em territórios de exclusividade branca, como apontam Rolnik, Brito e Mendonça (2023) — sofrem pressão diante de planos e projetos das gestões municipal e estadual, fortemente aliadas aos interesses do capital. De acordo com um levantamento de 2021 do LabCidade, a verticalização direcionada pelo Plano Diretor de 2014 — e conduzida pelo mercado — foi explicitamente voltada a um determinado perfil racial e socioeconômico da população:

O mapa mostra que são pessoas brancas que habitam os bairros historicamente transformados pelo mercado imobiliário para construção de edifícios verticais de apartamentos. [...] Ainda: quando penetra nos territórios populares, o processo de verticalização que ocorre concretamente nas cidades tem destruído o tecido social anterior, especialmente aqueles ligados à memória e às sociabilidades negras e populares. (Rolnik et al., 2021)

Nos últimos anos, percorrer a cidade de São Paulo é perceber, com muita frequência, a terra exposta, grandes fundações, obras, construções e quadras inteiras sendo derrubadas. Dados da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento mostram que o número de Alvarás de

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/prefeitura-de-sao-paulo-destroi-escola-de-capoeira-aponta-denuncia/>; <https://www.gov.br/iphan/pt-br/sala-de-imprensa/notas-e-avisos-de-pauta/nota-sobre-demolicao-da-escola-de-capoeira-angola-cruzeiro-do-sul>. Acesso em: 10 jan. 2026.

<sup>14</sup> Demolições espalham grande quantidade de pó de sílicio cristalino, que pode provocar doenças graves (Jappe, 2025).

Execução de Demolição emitidos entre 2014 e 2020 saltou 716%, indo de 167 para 1.363 alvarás.<sup>15</sup>

O Código de Obras define demolição como o total derrubamento de uma edificação, e dispõe sobre a necessidade de alvará para sua execução. Mas, por falta de consolidação de dados entre sistemas da Prefeitura, o aumento substancial do número de licenciamento de execução de demolição não se refere à quantidade total de demolições realizadas na cidade, porque muitas demolições estão incluídas dentro de processos de licenciamento de novas edificações, e também porque não estão contabilizadas as demolições que não passam por processo formalizado.

A partir da observação de algumas dessas situações na cidade de São Paulo, é possível distinguir alguns tipos de demolição: demolições de liberação de terreno para novas construções (nesse caso, demolições que ocorrem com processo de licenciamento regular, em sistemas da Prefeitura, e as sem licença, quando o imóvel encontra-se em situação irregular); demolições para obras de infraestrutura urbana, ou “melhoramentos públicos”; e demolições de edificações de estruturas consideradas irregulares, condenadas, ou em ruínas, em risco de desabamento. Ainda, muitas vezes, a demolição é utilizada como estratégia para assegurar que um edifício não seja (re)ocupado.

Assim, abrem-se algumas questões para investigação. Como operam as demolições na cidade? Quais são seus agentes e sistemas de licenciamento? Há diferenças entre processos de licenciamento conduzidos para finalidade pública e para finalidade privada? Qual o perfil racial e socioeconômico da população que sofre com as demolições? E, por fim, o que acontece com os escombros, o concreto e os vestígios do que foi destruído?

## Referências

AGÊNCIA QUEIXADA. Centro de Memória Queixadas, **Peruspédia**, São Paulo. Disponível em: <https://cmqueixadas.com.br/peruspedia/companhia-brasileira-de-cimento-portland-perus/>. Acesso em: 2 jul. 2024.

ALVES, Jaime Amparo; PATERNIANI, Stella Zagatto. In the wake of bulldozers: speculations on space, race, and insurgent life in two Latin American cities. **The Funambulist**, n. 56, pp. 60-67, nov./dez. 2024.

ANDRADE, Maria Lúcia Amarante de; CUNHA, Luiz Maurício da Silva; VIEIRA, José Ricardo Martins. A indústria de cimento no Brasil e no mundo: uma visão geral. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 1, pp. 34-51, jul. 1995. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/8556>. Acesso em: 2 jul. 2024.

CAMPOS, P. H. Pedreira. **Estranhas catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: EDUFF, 2014.

CANETTIERI, Thiago. O urbanismo destrutivo: sobre a necessária destruição-criadora no processo de produção capitalista do espaço urbano. **Caderno de Geografia**, v. 27, n. 50, pp. 467-485, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/p.2318-2962.2017v27n50p467/11759>. Acesso em: 27 jul. 2025.

---

<sup>15</sup> MOURA, Rafael. “Aumenta a exploração imobiliária em São Paulo para a construção de empreendimentos de alto padrão”. *O Estado de S. Paulo*, 17 maio 2022. Disponível em: <https://imoveis.estadao.com.br/noticias/aumenta-exploracao-imobiliaria-em-sao-paulo-estadao-imoveis/>. Acesso em: 2 jul. 2024.

CATASTROPHE :: CARTOGRAPHY | **The Sojourner Project**, South Africa. Participações de Dionne Brand, Christina Sharpe, Torkwase Dyson, Canisia Lubrin, Kevin Adonis Browne, Danai Mupotsa e Dele Adeyemo. Série The Sojourner Project. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HBLhkb8Qcaw>. Acesso (streaming): 30 abr. 2021.

CBICDADOS — Câmara Brasileira da Indústria da Construção. **CBIC Dados**. Rio de Janeiro: CBICDADOS, 2024. Disponível em: <http://www.cbicdados.com.br/menu/materiais-de-construcao/cimento>. Acesso em: 2 jul. 2024.

CHALABI, Mona. **Mona Chalabi**. Disponível em: <https://monachalabi.com/>. Acesso em: 7 ago. 2025.

DEPARTMENT OF ART & ARCHAEOLOGY — PRINCETON UNIVERSITY. Professor Tina Campt's dynamic semester: courses, events, and initiatives centers Black visibility. **A&A**, 2023. Disponível em: <https://artandarchaeology.princeton.edu/whats/news/professor-tina-campts-dynamic-semester-courses-events-and-initiatives-centers>. Acesso em: 16 jul. 2025.

FERRO, Sérgio. O concreto como arma. **Projeto**, n. 111, pp. 128-134, 1988.

FORTY, Adrian. **Concrete and Culture: A Material History**. Londres: Reaktion Books, 2012.

GITAHY, Maria Lúcia Caira. **São Paulo e a tecnologia do concreto, 1899-1948**: estudos de história do trabalho e da tecnologia como fundamentos sociais da arquitetura e do urbanismo. Tese (Livre Docência) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Trad. Adail Sobral e Maria Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2014.

JAPPE, Anselm. **Concreto**: arma de construção em massa do capitalismo. Trad. Robson de Oliveira. São Paulo: Elefante, 2025.

KHALIDI, Rashid. **Palestina**: um século de guerra e resistência (1917–2017). Tradução de Rogério W. Galindo. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2024. 432 p. ISBN 978-65-5692-589-9

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**: cidades, pandemias e outras geringonças. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

———. Saíam desse pesadelo de concreto. In: MOULIN, G. et al. (orgs.). **Habitar o Antropoceno**. Belo Horizonte: BDMG Cultural; Cosmópolis, 2022, pp. 210-228. Disponível em: <https://bdmgcultural.mg.gov.br/wp/wp-content/uploads/2022/02/bdmg-cultural-livro.pdf>. Acesso em: 12 maio 2024.

KUNSTINSTITUUT MELLY. **Revisiting Unpayable Debt by Denise Ferreira da Silva**. Com Denise Ferreira da Silva, Ola Hassanain e Jota Mombaça. Série KEYNOTE, 28 maio 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fxTVmU4HKFA>. Acesso em: 30 abr. 2025.

LAMBERT, Léopold. Bulldozer Politics: Introduction. **The Funambulist**, n. 56, pp. 22-35, nov./dez. 2024.

LANDER, Edgardo (org.). **Colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2019.



LEANDRO, Bruno Santos. A indústria de cimento no Brasil: origens, consolidação e internacionalização. **Sociedade e Natureza**, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/nnypgjBHkwHg9Vt53YMJWLj/>. Acesso em: 7 jan. 2025.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, dez. 2016.

———. **Brutalismo**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2022.

MIRAFETAB, Faranak. Southern theories centre on practices and experiences of subordinate groups wherever they are. In: YIFTACHEL, Oren; MAMMON, Nisa (orgs.). **theoriSE: debating the southeastern turn in urban theories**. Cidade do Cabo: African Center for Cities, 2022, pp. 102-108.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, v. 17, p. 1–17, 1989. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/04/territ3b3rios-negros.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2024.

ROLNIK, R.; BRITO, G.; MENDONÇA, P. Territórios de exclusividade branca: segregação, negação e enfrentamento do racismo no planejamento urbano da cidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico**, v. 9, pp. 35-59, 2023.

ROLNIK, R.; BRITO, G.; MENDONÇA, P.; SANTORO, P.; MARINO, A. A verticalização de mercado em São Paulo é branca. **LabCidade**, São Paulo, 6 dez. 2021. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/a-verticalizacao-de-mercado-em-sao-paulo-e-branca/>. Acesso em: 2 jul. 2024.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e pobreza (1890-1915). São Paulo: Fapesp; Annablume, 1998.

SILVA, Denise Ferreira da. **A dívida impagável**. São Paulo: Casa do Povo; Oficina da Imagem, 2019.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se avizinha. Trad. Ana Falcão Bastos. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

THE GUARDIAN. Donald Trump shares bizarre AI-generated video of “Trump Gaza”. **The Guardian**, Londres, 26 fev. 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/video/2025/feb/26/donald-trump-shares-bizarre-ai-generated-video-of-trump-gaza-video>. Acesso em: 7 ago. 2025.

TSING, Anna L. et al. **Field Guide to the Patchy Anthropocene**: The New Nature. Stanford: Stanford University Press, 2024.

URIBE, Simón. Corrosion. **Fieldsights**. Série Theorizing the Contemporary, Society for Cultural Anthropology, 1º ago. 2025. Disponível em: <https://www.culanth.org/fieldsights/corrosion>. Acesso em: 25 dez. 2025.

WATTS, Jonathan. Concrete: the most destructive material on Earth. **The Guardian**, Londres, 15 mar. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/2019/feb/25/concrete-the-most-destructive-material-on-earth>. Acesso em: 2 jul. 2024.

YUSOFF, Kathryn. **Um bilhão de antropocenos negros ou nenhum**. Trad. Renata Campos Motta. São Paulo: Ubu, 2021.

